

A internacionalização das políticas educacionais na formação docente: abordagens na produção da Pós-Graduação em Educação na Amazônia Legal

Resumo

Este estudo objetiva mapear a produção acadêmica da Pós-Graduação em Educação nas dissertações e teses, no período de 2010 a 2021, no que tange à inserção do debate da internacionalização das políticas educacionais no campo científico da formação docente na Amazônia Legal. Parte-se de uma perspectiva crítico-dialética que considera a realidade a partir de suas múltiplas determinações, contradições e mediações presentes nas abordagens sobre a internacionalização das políticas educacionais e suas repercussões na formação docente. A pesquisa pauta-se pela metodologia do Estado do Conhecimento, contemplando, em suas etapas constitutivas, a identificação, a sistematização, a categorização e as proposições acerca da temática em análise. Identificar como o processo de internacionalização das políticas educacionais tem sido abordado (ou não) remete, neste estudo, à visibilidade sobre as temáticas emergentes no campo da formação docente na região da Amazônia Legal, a partir do que indicam os seus achados. Perceber essas relações é importante para uma compreensão crítica desse campo de estudo em sua totalidade, no que se refere à inegável influência dos organismos internacionais, agências de fomento e corporações econômicas nas reformas educacionais neoliberais que interferem diretamente no currículo da formação e no trabalho docente, redefinindo, conseqüentemente, o perfil do professorado para atuar na preparação de indivíduos que atendam aos preceitos da sociedade globalizada. Entretanto, os dados obtidos nesta pesquisa evidenciam a inópia produção sobre a internacionalização das políticas educacionais e suas influências na formação docente, constituindo-se, assim, um campo fértil para as pesquisas nos Programas de Pós-Graduação na região da Amazônia Legal.

Palavras-chave: internacionalização das políticas educacionais; abordagens na formação docente; neoliberalismo; Amazônia Legal.

Para citar este artigo:

ABREU, Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante; SILVA JÚNIOR, Carlos Alberto Saldanha da; MORAES, Mary Ellen Costa. A internacionalização das políticas educacionais na formação docente: abordagens na produção da Pós-Graduação em Educação na Amazônia Legal. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 25, n. 58, p. 164-189, maio/ago. 2024.

DOI: 10.5965/1984723825582024164

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723825582024164>

**Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante
Abreu**

Universidade Estadual do Maranhão
– UEMA – Santa Inês/MA – Brasil
lucenildaabreu12@gmail.com

**Carlos Alberto Saldanha da Silva
Júnior**

Universidade Federal do Pará –
UFPA – Belém/PA – Brasil
carlinhosaldanhajr@gmail.com

Mary Ellen Costa Moraes

Universidade Federal do Pará –
UFPA – Belém/PA – Brasil
ellen.pedagoga@gmail.com

The internalization of education policies in teacher training: approaches in postgraduate production and education in the Legal Amazon

Abstract

This study aims to map the postgraduate academic production in dissertation and theses, over the years of 2010 to 2021, regarding the addition of the internationalization of education policies debate in the scientific field of teacher training in the Legal Amazon. It's based on a critical and dialectic perspective which considers the reality from multiple determinations, contradictions and mediations present in approaches of the internationalization of education policies and its repercussions on teacher training. The research works in the Knowledge State's methodology contemplating in its constitutive steps the identification, systematization, categorization and propositions about the analyzed theme. Identifying how the process of internationalization of education policies has been approached (or not) is referred in this study to the visibility about the emerging themes in the teacher training field in the Legal Amazon region, based on what its discoveries indicate. Realizing these relations is important for a critical understanding of this field of study in its totality, which refers to the undeniable influence of international organisms, development agencies and economic corporations in neoliberal educational reforms that interfere directly in the training curriculum and teaching work, thus redefining the professor profile to act in preparation of individuals that meet the globalized society precepts. However, the data collected in this study reveals the lackluster production referring to the internalization of education policies and its influences in teacher training, thus, constituting itself a fertile field for researches in Postgraduating Programs in the region of Legal Amazon.

Keywords: internalization of education policies; teacher training approaches; neoliberalism; Legal Amazon.

La internacionalización de las políticas educativas en la formación docente: enfoques en la producción de posgrados en educación en la Amazonía Legal

Resumen

Este estudio tiene como objetivo mapear la producción académica de posgrado en educación en disertaciones y tesis, de 2010 a 2021, en torno a la inserción del debate sobre la internacionalización de las políticas educativas en el campo científico de la formación docente en la Amazonia Legal. Se parte de una perspectiva crítico-dialéctica que considera la realidad a partir de sus múltiples determinaciones, contradicciones y mediaciones presentes en los enfoques de internacionalización de las políticas educativas y sus repercusiones en la formación docente. La investigación se basa en la metodología del Estado del Conocimiento, incluyendo en sus etapas constitutivas la identificación, sistematización, categorización y proposiciones sobre el tema bajo análisis. Identificar cómo se ha abordado (o no) el proceso de internacionalización de las políticas educativas lleva este estudio a la visibilización de temas emergentes en el campo de la formación docente en la Amazonía Legal, a partir de lo que indican sus hallazgos. Comprender estas relaciones es importante para una comprensión crítica de este campo de estudio en su totalidad, respecto de la innegable influencia de organismos internacionales, agencias de desarrollo y corporaciones económicas en las reformas educativas neoliberales que interfieren directamente en el currículum de formación y la labor docente, redefiniendo en consecuencia el perfil de los docentes para trabajar en la preparación de personas que cumplan con los preceptos de una sociedad globalizada. Sin embargo, los datos obtenidos en esta investigación resaltan la inepta producción sobre la internacionalización de las políticas educativas y sus influencias en la formación docente, constituyendo así un campo fértil para la investigación en Programas de Postgrado en la región de la Amazonía Legal.

Palabras clave: internacionalización de las políticas educativas; enfoques de la formación docente; neoliberalismo; Amazonía Legal.

Introdução

O debate atual da formação docente¹ está centrado na internalização da lógica gerencial na educação pública, reflexo das profundas transformações ocorridas no mundo, a partir da consolidação do processo de globalização nas últimas décadas do século XX, o qual criou as condições objetivas necessárias para que as reformas que reestruturaram não só os Estados-Nação, como também o modo de produção capitalista, atrelassem, definitivamente, a ação docente às demandas do capital.

Esse movimento global aproximou países, transnacionalizou as economias e internacionalizou as políticas educacionais. Com isso, a gestão educacional, seus currículos, a avaliação e, por conseguinte, a formação docente, foram considerados como campo estratégico para que as reformas educacionais pudessem cumprir suas finalidades sob o prisma do neoliberalismo que apontava como a nova razão-mundo do capitalismo contemporâneo (Dardot; Laval, 2016). É mediante esse contexto de influência que o presente estudo objetivou mapear a produção acadêmica da pós-graduação em educação nas dissertações e teses, no período de 2010 a 2021, no que tange à inserção do debate da internacionalização das políticas educacionais no campo científico da formação docente na Amazônia Legal².

Neste estudo, partimos da compreensão de que a internacionalização das políticas educacionais corresponde, em linhas gerais, ao processo de “circulação” de políticas globais, determinadas geralmente por organismos internacionais que disseminam orientações e padrões em termos de políticas educacionais que são incorporadas aos sistemas educacionais, sob a égide de adequação da educação aos ditames do mundo globalizado.

Conforme Akkari (2011, p. 17), o fenômeno da internacionalização das políticas educacionais tem resultado na “disseminação de novos paradigmas e conceitos que supostamente dariam maior eficácia às políticas educacionais”. Nesse sentido, Maués

¹ No contexto deste estudo, formação docente e formação de professores estão empregadas como sinônimos.

² Mapa da Amazônia Legal. IBGE, 2022. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2022/Mapa_da_Amazonia_Legal_2022_sem_sedes.pdf. Acesso em: 5 de nov. 2023.

(2014) ressalta que as políticas educacionais são constituídas numa perspectiva internacional visando atender às exigências do mercado. Conforme suas análises:

As reformas educacionais, a partir do final da década de 1980, partiram dos mesmos princípios: as mudanças econômicas impostas pela globalização, exigindo maior eficiência e produtividade dos trabalhadores, a fim de que eles se adaptem mais facilmente às exigências do mercado. Essas reformas apresentam um objetivo político bem definido, que envolve a estruturação administrativa e pedagógica da escola, a formação de professores, os conteúdos a serem ensinados, os aportes teóricos a serem adotados, enfim, tudo o que possa estar relacionado com o processo de ensino e aprendizagem (Maués, 2014, p. 42).

Nesse contexto, considerando o avanço do processo de internacionalização das políticas educacionais diante do “protagonismo desenvolvido pelos organismos internacionais [...] no fortalecimento de políticas em âmbito internacional convergentes com uma matriz que sustenta um discurso baseado na educação para o desenvolvimento econômico e social” (Oliveira, 2020, p. 67), a formação docente tem sido, sobretudo, a partir da década de 1990, alvo global das reformas educacionais desencadeadas em nível internacional, no intuito de adequar a educação às demandas da dita “sociedade do conhecimento”.

Assim, este estudo é justificado pela relevância de identificar se, ou como, a internacionalização das políticas educacionais é abordada nas produções acadêmicas dos programas de pós-graduação em educação na região da Amazônia Legal. Consideramos que essa é uma temática primordial a ser discutida, analisada e contestada no campo da educação, como via crítica sobre o avanço vertiginoso da lógica neoliberal na definição de forma e conteúdo para a formação dos professores disseminados por meio de diretrizes e recomendações internacionais ao sistema nacional de educação.

Para tanto, partimos de uma perspectiva crítico-dialética que considera a realidade a partir de suas múltiplas determinações, contradições e mediações presentes nas abordagens sobre a internacionalização das políticas educacionais e suas repercussões na formação docente, mediante uma pesquisa pautada pelos referenciais teórico-metodológicos da abordagem do Estado do Conhecimento. Essa metodologia de

pesquisa bibliográfica é definida como: “[...] identificação, registro, categorização, que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 21).

O estudo em questão teve como premissa analisar de que forma tem sido abordado (ou não) o processo de internacionalização das políticas educacionais na produção acadêmica de dissertações e teses produzidas por programas de pós-graduação em educação situados na Amazônia Legal entre 2010 e 2021. A análise dos dados nos remete à visibilidade sobre as temáticas emergentes no campo da formação docente na região, a partir do que indicam os seus achados, com base em Maués (2014, 2021), Ball (2020), Dardot e Laval, 2016, Akkari (2011), Noma e Lima (2009), Dale (2004), Maués e Camargo (2022), Andrade e Camargo (2022), entre outros.

A análise dessas relações é importante para uma compreensão crítica desse campo de estudo em sua totalidade, no que se refere à inegável influência que as organizações supranacionais, como os Organismos Internacionais (OI), agências de fomento e corporações econômicas nacionais e internacionais, possuem nas reformas educacionais neoliberais implementadas a partir da década de 1990 e que interferem diretamente no currículo da formação e no trabalho docente, redefinindo, conseqüentemente, o perfil do professorado para atuar na preparação de indivíduos que atendam aos preceitos da sociedade globalizada.

Assim, este artigo está organizado em cinco seções: a) uma introdução na qual apresentamos o objeto de pesquisa, bem como os recortes teórico-metodológicos do estudo; b) uma seção dedicada à discussão de fundamentação acerca do processo de internacionalização das políticas educacionais de formação docente; c) em seguida, apresentar-se-á o mapeamento da produção do conhecimento nos programas de pós-graduação em educação na Amazônia Legal; d) na quarta seção, trazemos algumas reflexões acerca da formação docente na Amazônia Legal no contexto da internacionalização das políticas educacionais; e) e, por fim, as considerações finais com as conclusões do estudo a partir da análise teórico-metodológica dos achados.

A internacionalização das políticas educacionais e suas repercussões na formação docente

Os estudos sobre políticas educacionais e a constituição de um campo científico independente são recentes no Brasil e atrelados ao avanço da pós-graduação, em especial aos programas de pós-graduação, ao se considerar o quantitativo de pesquisas que vêm se dedicando à investigação das políticas, seus referenciais teórico-metodológicos e seus impactos em diferentes setores educacionais, sendo consenso na área a década de 1980, considerada como exponencial desse recorte histórico.

Diferentes autores (Masson, 2012; Mainardes; Ferreira; Tello, 2011; Oliveira, 2011) corroboram essa perspectiva de que o campo de pesquisa das políticas educacionais está em processo de se afirmar como campo científico autônomo no Brasil. Apesar dos avanços significativos de estudos e pesquisas sobre as diversas políticas implementadas, destaca-se a necessidade de consolidação de referenciais teórico-metodológicos que ajudem na análise mais profunda das políticas educacionais.

Em se tratando de políticas educacionais de formação docente, é notória a importância que estas ganharam em escala nacional e internacional, especialmente a partir dos anos de 1990, contexto de amplas reformas no Estado e conseqüentemente no âmbito da educação, estando presentes nos debates governamentais, nas instituições acadêmico-científicas, sindicais e as ligadas à iniciativa privada (Oliveira; Maués, 2012). Nesse cenário, as reformas das décadas de 1980/1990 não surgiram aleatoriamente, sendo gestadas a partir de condições históricas que resultaram de “um movimento do capital em busca de sua reprodução, acumulação e expansão ao enfrentar as sucessivas crises econômicas e financeiras que se abateram sobre o mundo capitalista a partir de 1970” (Noma; Lima, 2009, p. 172).

Era necessário, portanto, uma reconfiguração do capital, que, segundo as autoras, tratava-se de reconfigurar a nova dinâmica de acumulação do capital, expandindo sua capacidade de influência, a partir das exigências de modernização (Noma; Lima, 2009), que passam a demandar determinadas condições, sem as quais não seria possível que se reestruturasse. Souza (2005) aponta que essa reestruturação procurou resgatar um ciclo produtivo, tornando efetiva a atuação da ideologia neoliberal, maximizando a liberdade

individual, juntamente com a proteção do mercado contra o Estado. Essa reorganização do capital caracterizou-se fortemente pelo seu sistema ideológico e político de dominação, evidenciados pelo advento do neoliberalismo de suas políticas econômicas e sociais (Noma; Lima, 2009).

Dessa maneira, para que os princípios neoliberais fossem implantados, foi necessário um cenário político propício para que esse projeto pudesse se organizar de tal modo a convencer os sujeitos de que tais perspectivas eram imprescindíveis ao desenvolvimento dos Estados-nações. O projeto, portanto, precisava ser muito bem arquitetado, cuja reestruturação tratava-se de um metabolismo com capacidade de penetração do capital em todas as relações sociais (Souza, 2005).

Para alcançar essa capacidade de inserção, o neoliberalismo enxergou, na reforma do Estado, as condições adequadas para a materialização das suas orientações. Nesse sentido, desenhou-se o argumento pontuado por Noma e Lima (2009) de que a oferta estatal de serviços sociais e a garantia de direitos trabalhistas reforçavam a crise econômica, aliada à incapacidade administrativa do Estado.

Com isso, é possível compreender que o capital buscava eliminar todo e qualquer obstáculo à sua expansão e, sem dúvidas, um Estado forte se configurava como tal barreira. Esse Estado, portanto, necessitava adequar-se aos ditames capitalistas. Por isso, a reforma, conduzida e fundamentada estrategicamente, foi capaz de contornar a responsabilidade do Estado, por meio de um expressivo convencimento de que políticas sociais, não sendo de sua responsabilidade exclusiva, poderiam conter a crise que impedia o desenvolvimento dos países. Noma e Lima (2009) pontuam, ainda, que o parâmetro da nova era é o mercado, desenhando-se com superioridade em relação à ação estatal, configurando as instituições como flexíveis e adaptáveis, bem como importando a necessidade dos clientes em detrimento das instituições públicas, marcas da Nova Gestão Pública (NGP), que incorpora o modelo gerencial no Estado e por consequência nas políticas que passa a implementar.

Nessa lógica, Lima, Marques e Silva (2009) compreendem a reforma do Estado a partir de uma racionalidade e de uma agenda global que associa o Estado, o Mercado e a Comunidade nos processos de regulação das políticas sociais. Outros entes são colocados no jogo estratégico do capital, desenhando um panorama adequado aos seus objetivos

econômicos, utilizados como argumentos para justificar a busca do desenvolvimento da nação.

Desse modo, fica claro, para nossas interpretações, que a reforma foi um desenho de superação da crise capitalista, cujos traços marcantes para sua expansão estão na ênfase ao mercado, nas transferências de responsabilidades, na modernização e no desmantelamento do Estado (Noma; Lima, 2009). Assim, vimos a instalação do imperioso advento do neoliberalismo consolidar-se como a nova racionalidade ou normatividade no mundo (Casara, 2021; Dardot; Laval, 2016), materializada nas políticas econômicas e sociais, que se apresenta com o discurso de modernizar as relações, por meio do processo de globalização e da internacionalização das políticas.

Se o foco era a reprodução do capital, as reformas que são implementadas a partir de 1990 foram delineadas com base nessa esteira dos interesses econômicos do mercado, provocando mudanças nos serviços sociais. Dentre elas, destacamos a área da educação. Logo, o interesse mundial por essas reformas também passou a exigir um movimento reformista na educação, pautadas pela globalização, pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pelos novos movimentos na sociedade civil (Lima; Marques; Silva, 2009).

Segundo Lima, Azevedo e Catani (2008), essa conjuntura de reformas do Estado e da Administração Pública foi cunhada pelos impulsos políticos, econômicos e culturais da globalização e pela ação de significativas instâncias transnacionais, com destaque para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o Banco Mundial – BM e a União Europeia – UE. Assim, neste estudo, partimos da compreensão teórica de que

A globalização econômica, face da internacionalização do capital, tem utilizado o neoliberalismo para possibilitar a implantação dos mecanismos necessários para o desenvolvimento de políticas que assegurem a expansividade da acumulação capitalista, agora em termos planetários. O desenvolvimento real do processo de globalização teve o suporte de uma teoria política, o neoliberalismo, que defende uma concepção de Estado mais flexível, cujo objetivo central é permitir o avanço dos interesses privados (Maués, 2021, p. 190).

Partindo dessa compreensão sobre globalização e ainda de acordo com Maués (2021), que, ao analisar o fenômeno da globalização na educação, observa que essa tem sido referendada a partir de diversas concepções teóricas entre as quais se destacam: *a nova ordem educacional mundial*, de Laval e Webber (2002); *a agenda globalmente estruturada da educação* (AGEE), de Dale (2004); *a internacionalização das políticas educacionais* defendida por Akkari (2011); *a educação global*, de Ball (2020); *o movimento global de reforma da educação*, conhecido como GERM de Sahlberg (2012); *as reformas empresariais mundiais de educação da sociedade mundial*, de Verger (2019); *as redes de políticas internacionais de educação*, indicadas por Shiroma (2020).

Assim, tomamos por base, entre as diversas concepções sobre a globalização da educação, a apontada por Dale (2004, p. 436), a respeito da AGEE, em que se pode compreendê-la “como um conjunto de dispositivos político-econômicos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista, mais do que qualquer outro conjunto de valores”. A AGEE considera o fenômeno da globalização uma estratégia poderosa de manutenção do capitalismo, que se articula aos setores vitais da sociedade, isto é, à economia, à política e à cultura. Dale (2004) propõe que a AGEE corrobora o entendimento de que a busca pelo lucro é a principal finalidade do capitalismo contemporâneo, requerendo, portanto, por meio da educação, a formação de capital humano compatível com os seus objetivos.

Com isso, tal perspectiva, segundo Maués (2021), origina-se nas orientações/recomendações dos OI, tendo como principais postulados padronizar os processos educativos, mediante a mensuração de resultados dos desempenhos dos estudantes em avaliações externas em larga escala, fundamentados pelo modelo gerencial advindo da NGP, com a definição de metas e processos de descentralização e de *accountability*, (responsabilização dos atores implicados pelos resultados). Nesse sentido, para Dale (2004, p. 454), *uma nova forma de força supranacional* passa a influenciar, substancialmente, os sistemas, redes de ensino e escolas dos países, uma vez que, para esse autor, é nítida a relação que se estabelece entre as modificações sofridas pela economia mundial e conseqüentes repercussões dessas modificações nas políticas educacionais e nas suas práticas pedagógico-docentes correlatas.

Outro aspecto fundamental para a compreensão desse contexto é o processo de Internacionalização da Educação, que, de acordo com Maués e Camargo (2022, p. 21), “[...] vem se desenvolvendo com mais ênfase a partir da globalização da economia, requerendo das instituições de ensino de todos os níveis uma maior inclusão intencional de aspectos interculturais, visando propiciar uma maior qualidade da educação”. A internacionalização pode ser ainda compreendida como um fenômeno de integração das dimensões internacionais, interculturais e globais, com vistas ao desenvolvimento de atividades consideradas primárias de ensino, pesquisa e aprendizagem, no nível institucionalizado do sistema, visando, com isso, a melhoria da qualidade da educação (Knight, 2020).

Para Akkari (2011), o processo de internacionalização das políticas educacionais se diversifica de acordo com cada país e região do globo terrestre, propiciando novas formas de regulação das políticas, além de estar relacionado com as reformas educacionais como movimentos planetários. Assim, o debate das políticas nacionais de educação é elevado ao cenário dos debates internacionais, produzindo, segundo esse autor, tensões nas políticas nacionais, tornando complexa a articulação entre as exigências específicas dos países e os interesses imperativos internacionais dos grupos globais.

Dessa forma, a internacionalização das políticas educacionais está situada na relação globalização-neoliberalismo, que, para Ball (2020), possibilitou o surgimento de redes de políticas de educação em contexto global, definindo, assim, novas formas de governança a partir da articulação Estado-Economia-Sociedade Civil, que alargou a participação de setores ligados à iniciativa privada. Ao ampliarem a participação privada no gerenciamento da educação pública, as redes de políticas transformaram-na em uma nova fronteira econômica altamente lucrativa (os quase-mercados educacionais), equiparando as práticas escolares às práticas de mercado, cuja finalidade passa a ser a formação de capital humano, com um perfil produtivo, responsável, empreendedor e domesticável aos objetivos do capital.

Assim, essas redes são constituídas a partir do processo de globalização que internalizou as políticas, caracterizando-se ainda pela diversificação de indivíduos e instituições, agrupando os chamados *experts*, considerados os intelectuais do capital

(consultores e especialistas dos OI), as instituições de educação superior, os órgãos governamentais e os não governamentais, que, juntos, constituem uma governança ampliada e qualificada para influenciar as decisões de governos nacionais, em termos de suas políticas educacionais. As redes de políticas podem, ainda, transformar-se em redes transnacionais de influências (TANs), cuja finalidade principal é justamente difundir as reformas neoliberais e influenciar os países, funcionando como uma *terceira força*, em conformidade com “[...] a construção de consentimento em relação ao projeto neoliberal” (Ball, 2020, p. 39).

Destarte, as políticas educacionais de formação docente têm sido propagadas entre os países por meio de transferências e mobilidades vinculadas às influências transnacionais das redes, estabelecendo políticas globais, que são projetadas para executar as exigências do capital, deslocando-se entre países e constituindo agendas nacionais alinhadas internacionalmente. Assim, frisamos que as redes de políticas, bem como as TANs (Ball, 2020), são aspectos estruturantes do processo de internacionalização das políticas educacionais, sendo a formação docente um importante fator constituidor dessas redes, e o objeto permanente de interesse dos OI, que, ao articularem as redes, passam a atuar para o capital. Por isso, é fundamental uma Agenda Global da Educação de convergência e (re)produtora de consensos.

Entender, portanto, como essas questões da internacionalização das políticas educacionais de formação docente repercutem nos estudos e pesquisas da pós-graduação em educação na região da Amazônia Legal é importante para uma compreensão crítica e ampliada desse campo científico no Brasil, a partir da produção do conhecimento amazônico.

A produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Educação na Amazônia Legal

Mundialmente conhecida pela sua riqueza natural e sua diversidade cultural, materializada em sua sociobiodiversidade, a região da Amazônia Legal é a configuração de um território em histórica disputa, cujo movimento colonizador busca constantemente a afirmação da sua hegemonia. Trata-se de uma região que engloba o território (totalmente ou em parte) de nove Estados brasileiros (Acre, Amazonas, Amapá,

Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso), abrangendo 772 municípios amazônicos e uma população estimada em 28.419.712 habitantes³.

A riqueza natural dessa região é inquestionável, mas, infelizmente, essa riqueza não se reflete da mesma maneira nos principais indicadores sociais, dentre eles, por exemplo, o Índice de Progresso Social - IPS, que, de acordo com o relatório do Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (Imazon), busca medir a performance social e ambiental dos territórios. Na região Amazônia brasileira, esse índice é de 54,32, revelando, entre as dimensões analisadas, a dimensão “Oportunidade” como o pior resultado ao tratar dos Direitos Individuais, Acesso à Informação e Comunicação e Acesso à Educação Superior (IPS, Amazônia, 2023).

As implicações relacionadas ao acesso à educação superior repercutem na diminuição e/ou em severas dificuldades na produção do conhecimento para o fomento da análise crítica das históricas disparidades regionais reveladas nos indicadores sociais sobre a região. O que possivelmente reforça o modelo de desenvolvimento no qual predominam o desmatamento, a degradação florestal, os conflitos sociais, a ilegalidade e o subdesenvolvimento econômico, desconsiderando todos os demais aspectos sociais, culturais e políticos que circunscrevem as especificidades da Amazônia brasileira.

Nesse contexto, Andrade e Camargo (2022, p. 39), ao analisarem os aspectos históricos, políticos e socioeconômicos da região, desde o Brasil Colônia, afirmam que:

A Amazônia foi e continua ocupando a condição de celeiro e almoxarifado do mundo e do Brasil (Loureiro, 2009), como um local para exploração e geração de lucro para poucos, não respeitando os direitos e as necessidades das populações locais. No mesmo sentido, também as políticas educacionais nela implantadas, desde este período, estiveram a serviço das classes dirigentes no Brasil, para atender aos seus projetos e interesses.

Essa “posição periférica” (Andrade; Camargo, 2022) da Amazônia, ao reverberar no campo da produção do conhecimento, põe em xeque a função social das universidades, sobretudo as da Amazônia, que, embora sejam locais compreendidos

³ Dados 2021, segundo relatório IPS Amazônia 2023 produzido por Imazon.

como espaços democráticos, justos, igualitários e diversos, sua histórica constituição “tem sido construída com base na racionalidade moderna norte-eurocêntrica que sustenta um modelo de produção do conhecimento *único, verdadeiro, segregador e hierarquizante* sobre a sociedade, a educação, o currículo, a formação de professores [...]” (Hage; Barros; Silva, 2021, p. 3).

Por esse turno, compreender as perspectivas de produção de conhecimento na região é condição necessária para indicar possibilidades que busquem a subversão de tal lógica para, assim, pensarmos em elaborações teórico-metodológicas que sustentem a diversidade da região nas suas várias dimensões, sem perder de vista o caráter científico inerente ao processo de produção do conhecimento.

As assimetrias regionais relacionadas à educação nacional se aprofundam na educação superior (Sguissardi, 2008), repercutindo na produção acadêmica dos programas de Pós-Graduação em Educação na região da Amazônia Legal. Ao analisarmos o quantitativo de produções de teses e dissertações desses programas, observamos que a produção dessa região, embora apresente um crescimento gradativo, ainda se encontra abaixo do percentual de 9% quando comparado ao quantitativo de produções nacional, conforme dados expressos na tabela 1.

Tabela 1: Produção acadêmica (teses e dissertações) na região da Amazônia Legal em relação percentual à produção nacional no período de 2010 a 2021

Ano de publicação	Produção nacional	Produção na Amazônia Legal	Percentual
2010	2732	161	5,89%
2011	2937	179	6,09%
2012	2965	188	6,34%
2013	3399	255	7,50%
2014	3508	183	5,21%
2015	3713	251	6,76%
2016	3858	245	6,35%
2017	4085	325	7,95%
2018	3926	293	7,46%
2019	4426	382	8,63%
2020	3850	319	8,28%
2021	3963	328	8,27%

Fonte: Base de Dados Abertos Capes, 2023.

Os dados percentuais representam a proporção de teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação na região da Amazônia Legal. Atualmente, a região da Amazônia Legal possui um quantitativo de 18 (dezoito) Programas de Pós-Graduação em Educação, distribuídos em Universidades Federais e Estaduais nos nove estados que compõem a região. Em relação ao quantitativo de programas, o estado do Pará (Norte) conta com seis, o que representa para a região o maior número de Programas de Pós-Graduação em Educação. No entanto, quando se trata do quantitativo de teses e dissertações, o estado do Mato Grosso (Centro-Oeste), no período de 2010 a 2021, em três Programas de Pós-Graduação, possui um quantitativo superior ao Pará.

Os percentuais de produções de teses e dissertações na região estão relacionados à implantação tardia da Pós-Graduação em Educação na região, especialmente na maioria dos estados da região Norte. Quanto a isso, observamos que, no ano de 2010, havia apenas quatro estados da região da Amazônia Legal (Amazonas, Pará, Maranhão e Mato Grosso) com programas de pós-graduação em Educação. Somente a partir do ano de 2019, é possível localizar produções em todos os estados que compõem essa região. O Amapá aparece com o menor número de produções, considerando que a Pós-Graduação em Educação nesse estado foi iniciada recentemente, em 2017.

O quadro 1 apresenta o quantitativo de produções por estado, revelando a recente produção acadêmica em alguns estados na região.

Quadro 1: Quantitativo de teses e dissertações por estado na região da Amazônia Legal (2010-2021)

UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
AC	-	-	-	-	-	-	19	22	24	21	14	16	116
AM	21	25	07	25	03	33	15	09	39	26	36	37	276
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	20	12	53
PA	72	56	66	75	66	77	86	137	86	116	72	70	979
RO	-	06	14	19	19	19	11	18	23	22	7	24	163
RR	-	-	-	-	-	-	11	11	13	17	15	28	95
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	11	01	34
MA	13	31	24	29	18	20	21	22	09	18	30	32	267
MT	55	61	77	107	77	102	82	106	99	119	114	108	1.107

Fonte: Base de Dados Capes (2023).

Ao compararmos a produção dos estados da região Norte do país, constatamos, até o ano de 2015, a inexistência de teses e dissertações nos estados do Acre, Amapá, Roraima e Tocantins. Esse cenário corrobora o baixo índice de mestres e doutores titulados na região quando comparados aos percentuais nacionais. Conforme dados apresentados por Andrade e Camargo (2022, p. 45), a região da Amazônia Legal conta com:

[...] 8,8% de mestres, e com doutorado a metade, 4,6% em relação ao país. O Amapá desponta em última posição no quantitativo de docentes da educação básica, com mestrado (0,15%) e doutorado (0,03%), e, Mato Grosso, com os maiores números, tanto em formação de mestres (2,7%) quanto em doutores (1,5%).

Diante disso, constatamos que as assimetrias no campo da produção acadêmica na Amazônia Legal expressam-se, além do contexto nacional, também em relação aos estados de uma mesma região, como é caso das disparidades quantitativas entre o estado do Pará e o Amapá, na região Norte. Quanto a isso, Andrade e Camargo (2022, p. 45) reiteram que “A história dos estados expressa um cenário de assimetria interna e externa por conta do desenvolvimento da política pública diferenciada entre os territórios da Amazônia Legal.”

A partir desse panorama, que situa a totalidade da produção de teses e dissertações nos Programas de Pós-Graduação em Educação na região da Amazônia Legal, buscamos identificar trabalhos que abordam a internacionalização das políticas educacionais no contexto da formação docente.

A formação docente na Amazônia Legal no contexto da internacionalização das políticas educacionais

Nesta análise, partimos do pressuposto de que o processo de internacionalização das políticas educacionais repercute em diferentes níveis nos países e em seus respectivos sistemas educacionais, implantando novas formas de regulação das políticas nacionais. Conforme Akkari (2011), esse processo vem sendo materializado no sistema educacional nacional, sobretudo a partir da década de 1990, através de temáticas centrais que se disseminam nos sistemas educacionais alinhados à globalização como

descentralização, privatização da educação, prestação de contas, boa governança, reformas curriculares, padrões educacionais, qualidade da educação, dentre outros termos, legitimados no discurso global sob o arcabouço das políticas neoliberais.

No campo da formação docente, considerado na lógica neoliberal como um setor estratégico das políticas educacionais, Akkari (2011) aponta que, entre as consequências da internacionalização, estão a responsabilização dos professores pela qualidade da educação, a obrigação de prestação de contas (*accountability*) e a padronização curricular. Tais questões estão presentes nos discursos e recomendações de políticas educacionais que emanam de OI como a OCDE, a Unesco e o BM. Essas organizações, conforme corroborado por Akkari (2011, p. 35):

[...] desempenham um papel fundamental no processo de internacionalização das políticas educacionais. Para além de suas significativas contribuições financeiras, em alguns países, é, sobretudo, sua capacidade de orientar as políticas educacionais que devem ser enfatizadas.

É nesse contexto de internacionalização da educação, que engloba a circulação de “modelos” e “padrões” de políticas educacionais internacionais disseminadas por OI e outras instâncias transnacionais entre países e sua incorporação nas diretrizes para a educação nacional, especificamente na formação dos docentes, que está situado o objeto de estudo. Consideramos, em consonância ao que afirmam Rosa, Rodrigues e Abreu (2022, p. 64), que

[...] a internacionalização se trata de um processo imerso em uma totalidade complexa, mas que em sua singularidade tem contornos que a delimitam, e no que tange à internacionalização da educação superior, sua delimitação é ainda mais acentuada e orientada em certa medida pelos OI para produzir resultados que atendam ao mercado, nesse sentido que forma e conteúdo do currículo da formação de professores possam centralizar interesses econômicos.

Diante da flagrante incursão da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016) nas políticas educacionais pela via da internacionalização, buscamos identificar, na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Educação, as abordagens sobre o fenômeno da internacionalização das políticas educacionais na formação docente na

região da Amazônia Legal. E, com isso, considerar a relevância de discussões teóricas sobre essa temática para a efetiva contestação do avanço da lógica do mercado que tem sido plantada na educação, fertilizada, em boa medida, nas políticas nacionais de formação docente.

Assim, em consonância ao objetivo deste artigo, elegemos para a seleção do corpus de análise os seguintes descritores de busca: “Internacionalização” e “Formação de Professores/Formação Docente”; “Organismos Internacionais” e “Formação de Professores/Formação Docente”; “Internacionalização e Políticas Educacionais”; e “Organismos Internacionais e Políticas Educacionais”.

A escolha desses descritores visa contemplar as possíveis abordagens sobre a temática deste estudo. Quanto a isso, Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021, p. 62) destacam “[...] a importância da definição de termos e/ou descritores estar alinhada aos objetivos da pesquisa, bem como estar desenhada para atender a amplitude e a especificidade da temática a ser desenvolvida na pesquisa do Estado do Conhecimento”.

A partir desses descritores, foram identificadas 79 produções nos Programas de Pós-Graduação em Educação no repositório Base de Dados Abertos Capes⁴, no período de 2010 a 2021. O gráfico 1 demonstra, em âmbito nacional, a produção por ano identificada a partir dos descritores de busca. Foram considerados trabalhos que contivessem nos títulos um ou mais dos termos previamente estabelecidos.

⁴ A Base de Dados Abertos Capes é uma base de dados da Capes com informações referentes à pós-graduação no Brasil, educação básica e outros temas da educação nacional. O acesso aos dados dessa base é feito por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://dadosabertos.capes.gov.br/>.

Gráfico1: Teses e dissertações selecionadas pelos descritores Internacionalização da Educação/Políticas Educacionais/Organismos Internacionais Formação de Professores (2020 a 2021)



Fonte: Base de Dados Abertos Capes. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

Pelos dados expressos em síntese, no gráfico acima, é possível constatar que a temática da “Internacionalização relacionada à Formação de Professores”, nas produções de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação, cresce gradativamente a partir de ano de 2013, com exceção do ano de 2014, quando não há registro de trabalho com esses descritores.

Entre essas produções, foram identificados cinco trabalhos de universidades situadas nos estados da Amazônia Legal. As demais estão localizadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do País que, historicamente, destacam-se em relação à Pós-Graduação no contexto nacional. Nesse aspecto, ao analisar a expansão da pós-graduação no Brasil, os autores Guimarães, Brito e Santos (2020, p. 54) indicam uma “expansão regionalmente concentrada nas regiões industrializadas, mais ricas economicamente”.

É importante destacar que, embora em âmbito nacional a temática da internacionalização tenha aparecido desde o ano de 2010 (recorte temporal desta pesquisa), na região da Amazônia Legal, essa temática é identificada como termo

utilizado nos títulos das produções apenas a partir do ano de 2015. Considerando o recorte geográfico deste estudo (estados que compõem a Amazônia Legal), foram selecionados para a análise os seguintes trabalhos.

Quadro 2: Corpus selecionado para análise

Ano	Instituição	Título	Nível	Autor/a
2015	UFMT	Programa Ciência Sem Fronteiras no contexto da política de internacionalização da educação superior brasileira	Mestrado	Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins
2016	UFMA	Do Maranhão para o Mundo e Vice-Versa: Ciência sem Fronteiras como política de internacionalização do IFMA	Mestrado	Simone Maranhão Costa Almeida
2018	UFPA	O Ciência Sem Fronteiras na Universidade Federal Rural da Amazônia: perspectivas entre a internacionalização da Educação Superior e a política de ciência, tecnologia e inovação	Mestrado	Luma Barbalho Pontes
2020	UFMT	Internacionalização do Ensino Superior: o movimento na Licenciatura em Química da Universidade Federal de Mato Grosso	Mestrado	Poliana Conceição Rocha de Paula
2020	UNIFAP	Internacionalização da Educação Superior: uma análise das teses e dissertações produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Norte do Brasil entre os anos de 2015 e 2019	Mestrado	Mário Teixeira dos Santos Neto

Fonte: Base de Dados Abertos Capes (2023).

Conforme demarcado no decorrer deste texto, esta pesquisa visa identificar as abordagens sobre a internacionalização da educação como um processo de transferência de políticas do nível global para o nacional e suas incidências nas políticas educacionais, especificamente na formação docente. No entanto, a análise dos trabalhos selecionados a partir dos descritores de busca, aborda, majoritariamente, a internacionalização da Educação Superior numa perspectiva de “comercialização” da educação entre países, por meio do Programa Ciência sem Fronteiras, programa de mobilidade acadêmica, desenvolvido pelo governo federal entre 2011 e 2017. Morsoni (2011, p. 95) define esse

“modelo” de internacionalização como “*Cooperação Internacional Tradicional – CIT*, caracterizado por relações de competitividade entre as instituições de educação superior (IES) na captação de sujeitos e de consumidores”.

Os cinco trabalhos do tipo dissertação selecionados no levantamento reforçam o caráter ideológico do movimento da internacionalização nas políticas educacionais, no que concerne à crença mercadológica como fonte orientadora do funcionamento da educação (Akkari, 2011), sobretudo na condução formativa do capital humano, que se configura como aporte teórico balizador do fenômeno da globalização e da perspectiva epistemológica da sociedade do conhecimento. Tal análise é corroborada por Maués e Camargo (2022, p. 23) quando afirmam que:

O fenômeno da Internacionalização da educação ganhou maior espaço a partir da globalização da economia, que por meio de um arcabouço político, o neoliberalismo, e de ferramentas da nova gestão pública passou a ser um indicador de qualidade para efeito de avaliação das instituições de educação superior (IES).

As produções selecionadas investigaram sobre o Programa Ciência sem Fronteiras, que, como política educacional no seu processo de implementação, afirma as características ideológicas cunhadas pelos OI, trazendo à tona as questões acerca da competitividade, absorção da produção da ciência realizada pelos países centrais, comercialização do conhecimento produzido nas áreas ditas produtivas (engenharia e tecnologia) e a desigualdade formativa entre os estudantes, tendo em vista que os que possuem o peso do capital cultural possuem mais chances de serem contemplados pelo programa.

O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior investigadas ocorre de forma passiva e desarticulada, o que exige posições administrativas e de gestão que contemplem a discussão e a condução crítica da internacionalização no âmbito das instituições e dos cursos de graduação, principalmente pela exclusão de participação de determinadas áreas de conhecimento nos programas que versam sobre o movimento da internacionalização.

Pela análise do conjunto de trabalhos levantados, observamos que as produções se detiveram em investigar objetos específicos alinhados à esteira da internacionalização, indicando-nos a necessidade de ampliação das investigações nos cursos de formação docente. Ainda que sejam alijados do processo de internacionalização por não serem compreendidos imediatamente como áreas produtivas, esses objetos são espaços de formação orientados por outros elementos ideológicos que cunham pelo sistema de crença da internacionalização sob a égide da globalização.

Os dados levantados e analisados neste estudo possibilitam, ainda, evidenciarmos que há uma lacuna significativa de pesquisas sobre o processo de internacionalização de políticas educacionais sobre a formação docente na região, reforçando a ideia de que o campo científico da formação docente no Brasil, e mais especialmente na região da Amazônia Legal, está em processo de consolidação.

Apesar de se reconhecer que há uma tendência neste início de século XXI de centralizar o debate sobre as políticas educacionais de formação docente, a partir do que Pereira e Evangelista (2019) identificaram como a *internalização* da perspectiva gerencial (contexto de influências das políticas a partir da reforma do Estado e do paradigma da NGP na década de 1990), na educação pública, portanto, em suas estruturas e processos, e esta, por sua vez, sendo uma das marcas do processo de internacionalização da qual se buscou desvelar com esta investigação, não se observou, nos objetos de estudo das teses e dissertações analisados, tal correlação.

Isso nos faz perceber que, apesar da internacionalização ser uma realidade concreta do contexto atual, presente nas políticas e ações de “[...] inúmeros governos, instituições e organizações internacionais” (Maués; Andrade, 2022, p. 18), nos estudos desenvolvidos nos programas de pós-graduação em educação da região da Amazônia Legal ainda é uma discussão incipiente, quando se trata da análise de políticas educacionais de formação docente; isso sugere a necessidade de o campo científico da formação ser ampliado em termos de temáticas, como a da internacionalização das políticas educacionais.

Considerações finais

Atualmente, os estudos sobre as políticas educacionais, no geral, tendem a focalizar em suas análises o recorte da década de 1990 e as mudanças paradigmáticas ocorridas nesse contexto histórico, com a consolidação do neoliberalismo como a razão-mundo (Dardot; Laval, 2016) das sociedades capitalistas e as reformas do Estado, bem como a introdução dos pilares gerenciais via NGP que exigiram amplas reformas educacionais, fortemente identificadas como reformas gerenciais, empresariais ou neoliberais.

No que tange à formação docente, suas políticas não estão fora desse contexto. Nessa lógica, tais reformas, impulsionadas pelo processo de globalização da educação e materializadas a partir da internacionalização das políticas educacionais, com o estabelecimento de redes de políticas e das TANs, têm contribuído para o que diversos pesquisadores do campo denominam como a formação do “professor gerenciado” (Pereira; Evangelista, 2019). Esse gerenciamento do magistério, passa a condicionar a formação docente às demandas do capital, levando ao “[...] esvaziamento de seu potencial político de resistência à ordem vigente” (Neves; Andrade, 2022, p. 61). Embora essas análises estejam mais latentes nos diversos estudos sobre políticas educacionais e a formação docente, nos dados levantados e analisados, não foi possível observar de forma mais contundente o impacto que a internacionalização possui para as políticas educacionais de formação docente na região da Amazônia Legal.

Os dados obtidos nesta pesquisa evidenciam, de forma bem nítida, uma inópia produção sobre as influências da internacionalização das políticas educacionais na formação docente, constituindo-se, assim, um campo fértil para as pesquisas nos Programas de Pós-Graduação na região da Amazônia Legal. Essa lacuna no campo científico da formação docente na região mostra-se como um indicador importante para a pós-graduação e a pesquisa em educação, carecendo, portanto, de maiores incentivos à produção do conhecimento que busquem aprofundar o debate da internacionalização das políticas educacionais de formação docente, uma vez que é consenso na área que o professor é figura essencial para o projeto hegemônico em curso do capital.

Se o capitalismo entende a importância da docência para o seu projeto de poder, faz-se mais do que urgente que as forças contra-hegemônicas, por meio da pesquisa, busquem, na região, fazer esse enfrentamento, uma vez que a formação docente e suas políticas estão atreladas a essas redes de políticas e submetidas ao processo de internacionalização.

Referências

ANDRADE, Antonia Costa; CAMARGO, Leila Maria. O contexto da pesquisa em educação na Amazônia: aspectos históricos, políticos, socioeconômicos. In: CAMARGO, Arlete Maria Monte; CAMARGO, Leila Maria; ANDRADE, Antonia Costa (orgs.). **A constituição do campo científico sobre formação de professores no contexto amazônico**. Curitiba: CRV, 2022. p. 35-53.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUIMARÃES, André Rodrigues; BRITO, Cristiane de Sousa; SANTOS, José Almir Brito dos. Expansão e financiamento da Pós-Graduação e desigualdade regional no Brasil (2002-2018). **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 47-71, 2020. Edição especial. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7244>. Acesso em: 16 out. 2023.

HAGE, Salomão Mufarrej; BARROS, Oscar Ferreira; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo. Territórios do Currículo por Áreas de Conhecimento na Licenciatura em Educação do Campo. **REVELLI**, Inhumas, v. 13, p. 1-21, 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas.

SANTOS, Daniel et al. **IPS Amazônia 2023**: índice de progresso social na Amazônia brasileira: resumo executivo. 4. ed. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2023. *E-book*.

KNIGHT, Jane. Internationalization as a process of change: an interview with Jane Knight. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 529-537, jul./set. 2020.

LAVAL, Christian; WEBER, Louis (coord.). **Le nouvel ordre éducatif mondial OMC, Banque mondiale, OCDE, Commission européenne**. Paris: Syllepse, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/44829166_Le_Nouvel_ordre_educatif_mon_dia_l_OMC_Banque_mondiale_OCDE_Commission_europeenne/link/5d5ff962458515d6101e2387/download. Acesso em: 29 out. 2023.

LIMA, Antonio Bosco; MARQUES, Mara Rúbia Alves; SILVA, Sarita Medina. Reforma e Qualidade da Educação no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, p.181-197, maio 2009. Número especial. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312867832_Reforma_e_qualidade_da_educacao_no_Brasil. Acesso em: 18 nov. 2023.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/sLRcDpTf78bbDW45wrW98Js/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: ANPEd SUL: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: RBE, 2012. p. 1-13.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. In: SOUZA, Denise Trento Rabello de; SARTI, Medeiros Flavia. **Mercado de formação docente: constituição: funcionamento e dispositivos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 37-70.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A agenda global da educação no contexto da Covid-19. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 187-216, 2021.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; CAMARGO, Arlete Maria Monte. Internacionalização da Educação Superior nas Universidades Federais brasileiras e a Cooperação Sul-Sul. In: MAUÉS, Olgaíses Cabral; CAMARGO, Arlete Maria Monte; CABRAL, Maria da Conceição Rosa. (orgs.). **Políticas educacionais no contexto da internacionalização**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. p. 21-51.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; ANDRADE, Antonia Costa. A internacionalização dos programas de pós-graduação em educação na região norte do Brasil: políticas, estratégias e ações. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 651-671, jul./set.2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v22n3/1676-2592-etd-22-03-651.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93-112, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ypdMQYJxCLk9fBpgYdKdbLC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila, BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

NOMA, Amélia Kimiko; LIMA, Aparecida do Carmo. Reforma do Estado e da educação dos anos 1990. **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 171-188, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3519/351961811004.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NEVES, Maria do Socorro Simith; ANDRADE, Antonia Costa. A formação de professores nos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq: o contexto da Amazônia Legal. In: CAMARGO, Arlete Maria Monte; CAMARGO, Leila Maria; ANDRADE, Antonia Costa. **A constituição do campo científico sobre formação de professores no contexto amazônico**. (orgs.). Curitiba: CRV, 2022. p. 55-72.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A nova regulação de forças no interior da escola: carreira, formação e avaliação docente. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 25-38, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19917>. Acesso em: 18 nov. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2020.

OLIVEIRA, João Ferreira; MAUÉS, Olgaíses Cabral. A formação docente no Brasil: cenários de mudança, políticas e cenários em debate. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade.; VIEIRA, Lívia Fraga. **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012. p. 63-89.

PEREIRA, Jennifer Nascimento; EVANGELISTA, Olinda. Quando educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n. 10, p. 65-90, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32664/18804>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ROSA, Ana Claudia Ferreira; RODRIGUES, Glenda Carolina Meireles da Costa; ABREU, Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante. O protagonismo dos organismos internacionais na definição de forma e conteúdo do currículo da formação docente. In: MAUÉS, Olgaíses

Cabral; CAMARGO, Arlete Maria Monte; CABRAL, Maria da Conceição Rosa. (orgs.). **Políticas educacionais no contexto da internacionalização**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. p. 53-86.

SAHLBERG, Pasi. **How GERM is infecting schools around the world?** [S.l.], 2012. Disponível em: <https://pasisahlberg.com/text-test/>. Acesso em: 27 out. 2023.

SHIROMA, Eneida. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Buenos Aires, v. 5, p. 1-22, 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior e diversidade regional no Brasil - o privado (mercantil) como fator de desigualdade e exclusão. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Educação superior no Brasil e diversidade regional**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-45.

SOUZA, Vilma Aparecida. A política educacional dos anos 1990 no contexto da reforma do estado: ressignificação de conceitos e possibilidades. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 89-101, jul. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266074978_A_politica_educacional_dos_anos_1990_no_contexto_da_reforma_do_Estado_reassignificacao_de_conceitos_e_possibilidades. Acesso em: 18 nov. 2023.

VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12987>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Recebido em: 03/10/2023
Aprovado em: 06/02/2024

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 25 - Número 58 - Ano 2024
revistalinhas@gmail.com